

Ampeb em ação

Buscando uma comunicação ágil e eficiente entre a Ampeb e seus associados, o boletim Ampeb em Notícias volta a circular entre os membros do parquet baiano. O objetivo é informar procuradores e promotores de Justiça sobre os atos mais recentes e relevantes da diretoria da entidade.

Nesta edição, por exemplo, você acompanha os marcos dos primeiros meses de mandato da nova gestão, liderada pelo promotor de Justiça Janio Braga. Entre as novidades estão as visitas a autoridades, para tratar de interesses da classe; a Ampeb foi recebida pelo governador Jacques Wagner e pela presidente do



TJ, Sylvia Zarif (foto).

Vitórias expressivas foram conseguidas nesses três meses, a exemplo da ampliação da PAE, que motiva uma das lutas da entidade, juntamente com o ATS para aposentados, cujo mandado de segurança

impetrado pela associação deve ser julgado em breve. O envio do projeto de lei que reajusta os subsídios de procuradores e promotores de Justiça também está no hall das conquistas. *Leia mais nas págs. 3 e 4.*

Ampliação da PAE até 2004

A Ampeb defende e luta para que o pagamento do benefício seja estendido até 2004. A entidade já conseguiu ampliar o prazo-limite de 1997 até 2001, mas acredita que 2004 deve ser o parâmetro para qualquer absorção de subsídio. Leia matéria completa na *pág. 3.*

Salvador é sede de reunião da Conamp

Representantes das associações do Ministério Público do país foram recebidos pela diretoria da Ampeb em sua sede, no Jardim Baiano, no dia 25 de setembro, para a XVI Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp). Em pauta assuntos como as férias forenses, o reajuste dos subsídios, a aprovação do projeto de lei da Defensoria Pública, entre outros. Leia mais na *pág. 2*



Projeto dos subsídios prevê reajuste automático na Bahia

Os deputados estão favoráveis ao projeto de lei apresentado pelo procurador-geral de Justiça, Livaldo Britto, que determina o reajuste dos subsídios dos procuradores e promotores de Justiça baianos. Esta é a notícia trazida pela diretoria da Ampeb, que vem mantendo postura diligente em relação aos trâmites na Assembleia Legislativa da Bahia.



400 anos do MP

A solenidade que marcou o IV Centenário do Ministério Público do Estado da Bahia reuniu autoridades de todo o Brasil, numa cerimônia histórica no Fórum Ruy Barbosa, Campo da Pólvora, onde foram entregues as medalhas alusivas à data. Leia na *pág. 2*

Solenidade e entrega de medalhas: ponto alto do IV Centenário

Ampeb prestigiou e apoiou o evento celebrativo

*Mesa solene de abertura**Presenças*

A figura do promotor de Justiça foi prevista pela primeira vez no país em 1609, na Bahia, onde se instalou o "Tribunal da Relação do Estado do Brasil" - o primeiro tribunal de Justiça das Américas. O fato marcou o ponto zero na história do Ministério Público brasileiro, que ganhou força com a Constituição Federal de 1988, com a sanção de várias leis nas décadas de 80 e 90, e foi lembrado este ano, em Salvador, por comemorações e atos celebrativos que atingiram o ápice no dia

25 de setembro, na solenidade oficial do IV Centenário do Ministério Público Brasileiro, no salão nobre do Fórum Ruy Barbosa, durante sessão solene do Colégio de Procuradores do Estado da Bahia.

A cerimônia reuniu autoridades, representantes de diversas instâncias do país, da Bahia e de Portugal. Uma encenação, logo no começo, lembrou a criação do MP e fez um apanhado do contexto histórico da época, retratado na voz de personagens como Ruy Barbosa, Catarina Paraguaçu, João de Deus, Antônio Vieira, Maria Quitéria e Castro Alves. O jogral teve como patrocinador mester a Petrobrás e o apoio de diversas entidades, incluindo a Ampeb, que também participou ativamente da comissão organizadora.

"Há 400 anos lutamos pelos direitos do povo. Lidamos com os bens mais valiosos da humanidade: a defesa da vida, da liberdade, do meio ambiente, da mulher. (...) Que o Ministério Público persista na missão de promover a efetividade da prestação jurisdicional, de transformar a realidade, defender a cidadania, de buscar o objetivo maior da República: uma sociedade livre, justa e igualitária", disse o

procurador-geral de Justiça da Bahia, Lidivaldo Reaiche Raimundo Britto, em seu pronunciamento, quando traçou uma retrospectiva de fatos que contribuíram para o crescimento do MP e da confiança da população.

O presidente da Associação Nacional do Ministério Público (Conamp), José Carlos Cosenzo, também presente à mesa solene e o primeiro a falar, lembrou que o MP foi por muito tempo a única porta aberta aos pobres. "Quanto mais há democracia, mais há de um Ministério Público forte", reforçou o presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais, Leonardo Azeredo Bandarra, logo após Cosenzo. O procurador-geral da República, Roberto Gurgel, ainda destacou que hoje o MP está muito mais vinculado à sociedade, apesar de ser funcionalmente estatal. O mesmo ressaltou o vice-procurador-geral da República de Portugal, Mário Dias Gomes, ao destacar que o MP foi "capaz de se adaptar à construção da estrutura judiciária e soube corresponder aos anseios e necessidades do povo". As saudações do ministro-chefe da Controladoria Geral da União, Jorge Hage, que, na solenidade, representou o presidente Luis Inácio Lula da Silva, encerraram os pronunciamentos: "Ainda temos muito a avançar, mas temos muito a comemorar".

À mesa se encontravam o presidente da Ampeb, Janio Braga; a ministra do Superior Tribunal de Justiça, Eliana Calmon; a presidente do Tribunal de Justiça da Bahia,

desembargadora Sílvia Zarif; o prefeito de Salvador, João Henrique Carneiro; o presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, César Brito; entre outras autoridades.

A solenidade prosseguiu com a entrega das medalhas alusivas ao IV Centenário. O

presidente da Ampeb também foi agraciado. O cantor Lazzo Matumbi entoou o Hino Nacional e, em seguida, o coral "MP em canto", sob a regência da maestrina Natanira Gonçalves, apresentou a canção "Milagres do Povo", dando mais glamour à abertura do evento. No Convento do Carmo, um coquetel apoiado pela Ampeb encerrou as comemorações.

*Entrega de medalha alusiva ao IV Centenário*

Reunião da Conamp discute projetos em trâmite no Congresso



As principais ações legislativas acompanhadas pela Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp) em Brasília foram apresentadas na XVI Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da entidade, que ocorreu na oportunidade da celebração do centenário do MP, dia 25/09, em Salvador. Os presidentes das associações do MP de todo o país, recebidos pelo presidente da Ampeb, Janio Braga, na sede da instituição, no Jardim Baiano, discutiram assuntos como o projeto do aumento dos subsídios, as férias forenses e o projeto de lei da Defensoria Pública. Do encontro participaram ainda os conselheiros Cláudio Barros e Aquiles Siquara, que discutiram sobre suas histórias associativas e abordaram dificuldades, procedimentos e pontos significativos da atuação do Conselho Nacional do Ministério Público.

Deputados favoráveis ao projeto que reajusta subsídios

O presidente da Ampeb, Janio Braga, esteve na Assembleia Legislativa da Bahia (AL) para falar do projeto de lei referente à revisão dos subsídios dos membros do Ministério Público e da Magistratura. Houve encontros com o deputado Ronaldo Carletto (PP), com o líder do governo, deputado Waldenor Cardoso (PT), o da minoria, Heraldo Rocha (DEM), e o presidente da casa, deputado Marcelo Nilo (PSDB), até o momento do fechamento desta edição.

De acordo com Braga, os parlamentares estão favoráveis ao projeto. "Eles reconheceram que o projeto de lei é apartidário, ou seja, não possui viés político, e não colocaram maiores obstáculos para votação e aprovação", disse. O procurador-geral de Justiça, Livaldo Reaiche Raimundo Britto, e a presidente do Tribunal de Justiça da Bahia, Sylvia Zarif, enviaram o projeto à

AL, no dia 9 de outubro, a mesma data da publicação dos textos, no Diário Oficial da União, das Leis nºs 12.041 e 12.042, sancionadas pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e que estabelecem o reajuste dos subsídios das classes.

Os índices de reajuste fixados são 5%, a partir de 1º de setembro de 2009, e 3,88%, a partir de 1º de fevereiro de 2010. A sanção resultou de uma luta de quase três anos liderada pela Associação Nacional do Ministério Público e demais entidades representativas do MP e da Magistratura. A Ampeb seguiu passo a passo as negociações e o trâmite do projeto, em âmbito nacional.



Ampeb quer PAE até 2004

Ampliação de 1997 para 2001 foi considerada uma grande vitória

A adoção do regime remuneratório de subsídios, que ocorreu em dezembro de 2004, deve ser considerado o fato gerador da absorção de qualquer outra parcela remuneratória e constituir o parâmetro para determinação do período referente ao pagamento da Parcela Autônoma de Equivalência (PAE). Este é o principal argumento com que a Ampeb vem defendendo a ampliação do prazo final para procuradores e promotores de Justiça da Bahia serem contemplados com a PAE. A entidade entrou com um recurso administrativo junto à PGJ, solicitando a reconsideração do ato que fixou o

benefício até 2001, visando estendê-lo para 2004.

No último mês de setembro, a associação comemorou a vitória do julgamento no Tribunal de Justiça da Bahia (TJ), que ampliou o prazo-limite de 1997 para 2001. "Sem dúvida foi uma grande vitória, mas continuamos lutando pela ampliação para 2004", afirmou Braga, que teve uma reunião com o procurador-geral de Justiça (PGJ), Livaldo Reaiche Raimundo Britto, no dia 8 de setembro, e se reuniu com membros do parquet, das turmas de 2002 e 2004, para tratar da questão da extensão para 2004.

A primeira parcela do valor correspondente ao período de 1994 até 2001 foi paga em outubro; a segunda será em novembro. Para a decisão favorável à concessão do benefício, a maioria dos desembargadores do Tribunal de Justiça da Bahia seguiu argumentos apresentados pelo PGJ, que se apoiou na Lei nº 7.886/2001, para fazer a defesa.

A legislação, pela primeira vez, prevê a vinculação entre a remuneração de desembargador e ministro do STJ, razão pela qual defendeu que o Tribunal de Justiça da Bahia teria autonomia para reconhecer o direito à PAE até o ano de 2001. Houve apenas dois votos divergentes. O presidente da Ampeb, em novo encontro com o PGJ, tratou da ampliação para 2004, e acredita que até o final deste ano terá uma posição sobre a questão.

Associação luta por ATS para aposentados

PGJ vai rever o caso e mandado de segurança será julgado pelo TJ

Em encontro com a Ampeb, o procurador-geral de Justiça, Livaldo Reaiche Raimundo Britto, prometeu reestudar a questão referente ao pagamento do Adicional por Tempo de Serviço (ATS) aos aposentados. O caso, que vem sendo perseguido pela associação, teve parecer contrário da Procuradoria Geral do Estado (PGE), mas, segundo o presidente da Ampeb, Janio Braga, a interpretação deve ser revista por ferir o princípio constitucional da isonomia entre servidores ativos e inativos, previsto pela Constituição Federal.

Além disso, conforme destacou Braga, não cabe à PGE a palavra final, pois o

Ministério Público e o Judiciário possuem autonomia administrativa e financeira, cabendo ao Estado apenas a operacionalização dos pagamentos determinados pelo procurador geral e pela presidente do TJ. Em paralelo, o mandado de segurança impetrado pela Ampeb, buscando garantir que o pagamento seja feito, foi julgado improcedente pelo TJ. A entidade aguardava publicação do acórdão para interpor recurso ordinário a ser apreciado pelo STJ, até o fechamento desta edição.

ADIN - A PGE, em seu parecer, considerou o pagamento da ATS aos aposentados ilegal, por

contrariar legislação previdenciária. "Qualquer que seja a lei, previdenciária ou não, federal ou estadual, deve ser interpretada sempre à luz da Constituição Federal, e não o contrário", afirmou o presidente da Ampeb, ao relatar os pontos que foram colocados ao PGJ no encontro, acrescentando ainda que estudos realizados pela Ampeb apontam para uma provável Ação Direta de Inconstitucionalidade contra a legislação previdenciária citada no parecer da PGE. "Aguardamos confiantes uma reavaliação do posicionamento da PGE".

Planejamento estratégico

A Ampeb vem acompanhando os encontros para definição das metas de Planejamento e Gestão Estratégica (PGA) do Ministério Público, para o período 2010-2014.



Abordando em seus pronunciamentos assuntos de interesses da classe, o presidente da instituição, Jânio Braga, participou, nos primeiros meses de mandato, dos encontros das Promotorias Regionais de Ibotirama, Itaberaba, Irecê e Sea-

bra; das Promotorias de Justiça de Euclides da Cunha, Jacobina, Juazeiro e Senhor de Bonfim; e das Promotorias de Camaçari, Alagoinhas, Barreiras, Bom Jesus da Lapa e Santa Maria da Vitória; de Brumado, Guanambi, Itapetinga, Jequié e Vitória da Conquista; de Santo Antônio de Jesus e Valença.



Saúde e diversão para aposentados e sócios-contribuintes

Unindo informação e lazer, a Ampeb realizou no dia 16 de setembro, no Restaurante Baby Beef, na Pituba, um almoço de confraternização para aposentados e sócios-contribuintes da instituição, proporcionando momentos de muita alegria, descontração e interação. O evento marcou a passagem do Dia da Pessoa Idosa. Provando que também está de olho da saúde dos associados, a Ampeb, na ocasião, proporcionou uma

palestra com o reconhecido personal trainer Marcelo Affonso, sob o tema "Agite: sua vida agradece". O incentivo à prática de atividades físicas, a importância de hábitos saudáveis para a saúde do corpo, da mente, e a melhoria da qualidade de vida foram alguns dos temas abordados pelo profissional.

Aguarde cobertura completa de fotos na próxima edição da Folha do MP.

XVIII Congresso Nacional

Procuradores e promotores de todo o país estarão participando do XVIII Congresso Nacional do Ministério Público, em Florianópolis, nos dias 25 a 28 de novembro. O tema central das discussões é "O Ministério Público como Fator de Redução de Conflitos e Construção da Paz Social". Na programação constam grandes plenárias, apresentações simultâneas de teses, audiência pública. Entre os palestrantes confirmados estão o ministro do Supremo Tribunal Federal Carlos Augusto Ayres de Britto, os juristas e escritores Joel de Menezes Niebuhr e Luigi Ferrajoli. Inscrições podem ser feitas através do site www.conamp2009.com.br, onde se encontram todas as informações a respeito do evento.

Consultório móvel

Em novembro, o consultório móvel odontológico estará visitando as Promotorias Regionais de Teixeira de Freitas, Porto Seguro e Eunápolis. Em dezembro será a vez de Serrinha, Camaçari e Simões Filho.

Licença-prêmio

O pagamento das licenças-prêmio não-gozadas deve iniciar ainda este ano. Esta foi a notícia trazida pelo presidente da Ampeb, Janio Braga, após uma audiência tida com o procurador geral, Livaldo Britto, no último dia 26 de agosto. O PGJ se comprometeu a fazer os cálculos e iniciar os pagamentos.

Presidente faz visita a governador

Entre os atos do primeiro mês de mandato, o presidente da Ampeb, Janio Braga, esteve com o governador do Estado, Jacques Wagner, em visita de cortesia. Braga foi acompanhado do procurador-geral de Justiça, Livaldo Reaiche Raimundo Britto. Na pauta, assuntos de interesse da classe. O encontro marcou a apresentação oficial da nova gestão da associação.



Visita ao TJ

A presidente do TJ, Sylvia Zarif, também recebeu visita da nova diretoria da Ampeb, no dia 1º de setembro. Estiveram em seu gabinete, no Centro Administrativo da Bahia, o presidente Janio Braga, o diretor cultural, Wellington Cesar Lima e Silva, o diretor administrativo, Carlos Artur dos Santos Pires, e a diretora social, Patrícia Peixoto de Matos.



FALECIMENTOS

ALEXANDRINA ALMEIDA SANTOS - esposa do procurador de Justiça aposentado e associado Edson Alves dos Santos
GILBERTO CAETANO DE JESUS - promotor de Justiça aposentado e associado
JOSÉ VIANA SABACK - procurador de Justiça aposentado e associado
JOSÉ GABRIEL CASTILHO FILHO - promotor de Justiça aposentado
ODETE JABUR ABUD - irmã da procuradora de Justiça aposentada e associada Lygia Jabur Abud

Expediente

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente - Janio Peregrino Braga • **Vice-Presidente** - Adilson de Oliveira • **Diretor Administrativo** - Carlos Arthur dos Santos Pires • **Diretor Financeiro** - Carlos Augusto Serra de Faria • **Diretora Secretária** - Aracy Dias da Silva • **Diretora Social** - Patrícia Peixoto de Mattos • **Diretor Cultural** - Wellington César Lima e Silva • **Conselho Consultivo:** Arnaldo Augusto Gourlat Novis, Manoel da Costa Filho, Mirian Valença Côes • **Suplente** - Cláudio Jenner de Moura Bezerra • **Conselho Fiscal:** Marcelo Pinto de Araújo, Pedro Maia Souza Marques, Thaianna Rusciolli Souza • **Suplentes:** Fábio Ribeiro Veloso, Jailson Trindade das Neves, Paulo Eduardo Sampaio Figueiredo.

• **Jornalista responsável:** Carla Ferreira DRT/BA 1894
• **Diagramação e arte-finalização:** Arnaldo Miranda
• **Revisão:** Rose Folly • **Fotografia:** Enos Ribeiro
• **Impressão:** Press Color • **Tiragem:** 1.000 exemplares